



**NOME DO CURSISTA**

## **5ª ATIVIDADE ASSÍNCRONA AVALIATIVA – CAPÍTULO V**

Atividade Avaliativa referente ao V Capítulo com a temática **Recursos Financeiros e Financiamento da Educação do/no Campo** para o processo de construção das Diretrizes da Educação do Campo e estruturação das Matrizes Municipais da Educação do Campo, apresentado ao Programa Formação de Educadores do Campo – Formacampo/UESB, *Campus* Vitória da Conquista-Ba como parte do processo de certificação do curso de extensão, 5ª edição.

### **Coordenadores do GT 1:**

Prof. Me. Antoniclebio Cavalcante Eça

Prof. Ma. Vilma Áurea Rodrigues

Prof. Dr. Silvano Conceição

**Vitória da Conquista - Bahia  
2025**



## **V ATIVIDADE ASSÍNCRONA – 5º CAPÍTULO RECURSOS FINANCEIROS E O FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO**

### **Objetivo geral da atividade**

Compreender como que o financiamento da Educação do Campo se efetiva nas realidades municipais, analisando a aplicação dos recursos provenientes do FUNDEB, do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano Municipal de Educação (PME) e de outros mecanismos de financiamento educacional, de modo a identificar avanços, desafios e contradições entre o que está previsto nas políticas públicas (PNE, PEE, PME, etc) e o que se concretiza nas escolas do campo.



### **Contextualização da atividade**

O financiamento da Educação do Campo é um tema central para compreender as condições concretas de oferta, permanência e qualidade da educação nas comunidades rurais. Embora a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN/1996 estabeleçam a educação como direito de todos e dever do Estado, a efetivação desse direito depende diretamente da forma como os recursos públicos são planejados, distribuídos e aplicados pelos diferentes entes federativos: União, Estados e Municípios.

Ao longo das últimas décadas, o financiamento educacional tem sido marcado por avanços e retrocessos: da vinculação constitucional de recursos e criação de fundos como o FUNDEF e o FUNDEB, até as políticas de austeridade impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (antiga PEC do Teto de Gastos), que limitam os investimentos sociais. Nesse contexto, instrumentos como o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente a Meta 20, buscam ampliar o investimento público e reduzir desigualdades regionais. Contudo, nas escolas do campo, ainda persistem desafios ligados à infraestrutura, transporte escolar, formação docente e valorização profissional.



Por isso, é fundamental que os educadores e educadoras compreendam como os recursos destinados à educação chegam (ou não chegam) às escolas de seus territórios e de que modo as políticas de financiamento interferem no cotidiano escolar e nas condições de ensino e aprendizagem no campo.

Portanto, nessa direção, pergunta-se: De que maneira o financiamento da Educação do Campo se concretiza em seu município, considerando a execução do típicos mecanismos de lei, o FUNDEB, o Plano de Ações Articuladas (PAR) e as metas do Plano Municipal de Educação (PME)?

❖ **Orientações para a responder à questão:**

- ✓ Identifique quais são as principais fontes de financiamento da educação no seu município (ex.: FUNDEB, FNDE, emendas parlamentares, recursos próprios etc.).
- ✓ Verifique se o município possui diagnóstico atualizado do PAR (2025–2028) e como ele tem sido utilizado para melhorar as escolas do campo.
- ✓ Analise se existem ações e metas específicas para a Educação do Campo no Plano Municipal de Educação (PME).
- ✓ Investigue como que as escolas do campo do seu território são beneficiadas com recursos (infraestrutura, transporte, formação de professores, material pedagógico).
- ✓ Reflita criticamente: esses investimentos têm garantido igualdade, inclusão e qualidade social ou permanecem marcados pela lógica da austeridade e do Estado mínimo mencionada no texto?

**IMPORTANTE:** A resposta deve ser em texto dissertativo – argumentativo

Bons estudos!!

